

A ÉTICA E O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA NERVOSO¹

Um Estudo da Psicologia Simbólica Junguiana

Carlos Amadeu Botelho Byington²

Fascinou-me o “Projeto” que Freud idealizou em 1896, de embasar neurologicamente o conceito de defesa e de inconsciente reprimido. Sentia que o dia que conseguíssemos fazê-lo, estaríamos encontrando o fundamento neurológico da Ética e “in-corporando-a”. A descrição do Complexo de Édipo, do complexo de castração, dos mecanismos de defesa e, principalmente, da repressão, como normais, patologizou e ofuscou sua descoberta mais genial, que foi, a meu ver, a formação da identidade através das relações primárias. No entanto, quando consideramos o processo de elaboração simbólica de todas as vivências como a fonte permanente da Consciência, podemos evitar a patologização do desenvolvimento e valorizar devidamente a Psicanálise, pois, nesse caso, os conceitos de fixação, compulsão de repetição, resistência e das demais defesas, bem como da transferência defensiva, Complexo de Édipo, complexo de castração e inconsciente reprimido, passam a ser os principais sintomas dos distúrbios do processo de elaboração simbólica normal (Byington, 2002 e 2004).

A função da Ética é ainda hoje um desafio para a Ciência psicológica pela dificuldade de a inserirmos no desenvolvimento da Consciência. Enquanto não conseguimos fazê-lo, a Psicologia e a Ciência continuam estruturalmente aéticas, necessitando importar a Ética tradicional da Religião, dos costumes e das conjecturas dos juristas e dos filósofos. Nesse sentido, o desafio para a compreensão científica da Ética continua até mesmo maior que para o conhecimento da religiosidade, concebida por Jung como a projeção do Arquétipo Central, denominado por ele de Self, que coordena os símbolos para realizar o seu potencial no processo de individuação. Apesar de haver enfatizado a existência do Mal intensamente em sua obra, Jung não conseguiu embasá-lo psicodinamicamente, por haver conceituado, mas não descrito, a formação da Sombra. A

¹ Palestra publicada na Revista Jung&Corpo do Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo, ano 5, nº 5, 2005.

² Médico Psiquiatra e Analista Junguiano. Membro fundador da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica. Membro da Associação Internacional de Psicologia Analítica. Educador, historiador e criador da Psicologia Simbólica Junguiana.
e-mail: c.byington@uol.com.br site: www.carlosbyington.com.br

formação da Sombra e sua relação com o Arquétipo Central e a Consciência são operações fundamentais para se conceituar a Ética dentro da Ciência.

Na Religião, o problema da Ética foi, desde sempre, um problema central. Por mais que se considere o Mal como parte da divindade, se não conseguimos perceber a interação de Deus com o Demônio, o tema permanece incompleto. O Cristianismo, por exemplo, sem a luta de Cristo com o Demônio, não faz sentido. Quando a tentação e o pecado não desafiam o Messias, qual o sentido da confissão, da absolvição e, até mesmo, da busca de salvação? Quando concordamos que o conhecimento de Deus é inseparável da sua relação com o Demônio, admitimos que a conceituação do Bem e do Mal formam um todo, e percebemos que a formulação científica da religiosidade inclui necessariamente, sempre, também a Ética. Não é possível a formulação da transcendência e da totalidade sem articular, no processo, o Bem e o Mal. O Mito Judaico-Cristão da Criação ilustra este fato exuberantemente, ao descrever a aquisição da Consciência pela ingestão do fruto da Árvore do Bem e do Mal, dentro da relação com Deus, o que equivale, na Ciência, como veremos, à relação da função estruturante da Ética com o Arquétipo Central na aquisição do conhecimento.

Ao excluir o subjetivo do método científico, a Ciência Ocidental afastou-se, também, do sentimento, da intuição, da ligação emocional com a totalidade e, por conseguinte, da Ética. Ao adotar o positivismo e o materialismo no século XIX, a Ciência perdeu a Consciência da sua origem mítica e transformou em maldição o presságio de Montaigne (1533-1592), três séculos antes: “Ciência sem Consciência é a ruína da alma”.

Para abordarmos a proposta de incorporar a religiosidade e a Ética dentro da Ciência, necessitamos da História do Ocidente para compreender o contexto e as razões da sua exclusão.

Jung descreveu a realidade psicológica dos mitos como projeção dos arquétipos e expressão do processo de individuação. Os mitos guiam a busca de desenvolvimento do Self Individual em cada cultura pela introjeção das imagens oriundas da projeção dos arquétipos. No seu livro *Aion*, porém, Jung ampliou a função do mito para formar também da Consciência Coletiva, através da descrição do Mito Cristão durante a era astrológica de Peixes (Jung, 1950). Esse caminho de Jung foi continuado por Erich Neumann, que descreveu a formação histórica da Consciência Coletiva sucessivamente através de mitos que expressariam o Arquétipo Matriarcal e o Arquétipo Patriarcal. A partir das obras de Jung e de Neumann, podemos então perguntar o que acontece com um indivíduo ou uma cultura quando eles repudiam o seu mito.

Continuando a criatividade de Jung e de Neumann, a Psicologia Simbólica Junguiana descreveu o Arquétipo de Alteridade (que reúne os Arquétipos da Anima e do Animus descritos por Jung) como a fonte da projeção do Mito do Buddha no Oriente e do Mito Cristão no Ocidente, cuja introjeção vem, há séculos, desenvolvendo o padrão dialético da compaixão na Consciência Coletiva. Desta maneira, podemos compreender a relação dialética entre sujeito e objeto no método científico como a continuação da implantação cultural do Arquétipo da Alteridade revelado no Mito Cristão. Reunimos, assim, Mito e Ciência, e resgatamos a raiz mítica do conhecimento.

Aprofundando essa pesquisa, a Psicologia Simbólica Junguiana concebeu, também, o conceito de Self Cultural e a Teoria Arquetípica da História, para expressarem o desenvolvimento da Consciência Coletiva através dos mesmos arquétipos que coordenam a diferenciação do Self Individual do início ao fim da vida (Byington, 1983). Desta forma, a Sombra Coletiva, com suas grandes disfunções históricas, pode ser explicada pela fixação e pelas defesas que deformam a elaboração simbólica do Self Cultural, da mesma forma que podemos fazê-lo no Self Individual (Byington, 1987).

A Teoria Arquetípica da História nos permite perceber que o desenvolvimento das ciências, das artes e do socialismo são a expressão da projeção-introjeção do Arquétipo da Alteridade na Consciência Coletiva. Ao mesmo tempo, esta teoria nos faz reconhecer a grande Sombra do Cristianismo, que fixou a elaboração do Mito no Self Cultural e deformou a sua institucionalização com a intolerância religiosa que se aglutinou na Inquisição. Quando nos damos conta que o Cristianismo foi oficializado em 325 A.D. e que Prisciliano foi executado como herege, na Espanha, em 375 A.D., em nome de Cristo, concluímos que a intolerância religiosa deformou brutalmente a implantação cultural do Mito praticamente desde a sua institucionalização. Esta deformação fixou gravemente a integração do Arquétipo da Alteridade e da imagem de Cristo, que passou a crescer cada vez mais na Sombra através da imagem do Demônio como Anti-Cristo. Contudo, apesar de grandemente deformadas no Self Cultural, a função da Ética e da religiosidade continuaram a ser exercidas subjetiva e objetivamente na Consciência Coletiva. Ainda que de maneira sombria e dogmática, a verdade manteve sua expressão dentro do Arquétipo da Totalidade, e o corpo crucificado do Filho de Deus permaneceu como símbolo central da luta entre o Bem e o Mal, na busca da salvação anunciada no Mito.

Todas as funções estruturantes podem ser normais e fonte de Consciência, ou defensivas e formadoras de Sombra. Um conjunto de símbolos e funções estruturantes forma o complexo descrito por Jung, que também pode ser normal e fazer parte da Consciência, ou defensivo e se situar na Sombra. Isto se aplica também à função

estruturante do aprendizado (Byington, 2004). Assim sendo, podemos compreender como foi que, lado a lado com a repressão persecutória e moralista dentro da Igreja, os monastérios da Idade Média acumularam e traduziram para o latim o saber da Antigüidade, atravessaram criativamente séculos de repressão e se transformaram nas universidades. Para a Teoria Arquetípica da História, é fundamental percebermos que o Arquétipo da Alteridade, transmitido no Mito pela compaixão que prega “amar ao próximo como a si mesmo” e pratica dialeticamente o exame de Consciência na confissão e na meditação, transformou-se paulatinamente **na busca do conhecimento do método científico**. De fato, sem um respeito ético do Ego diante do Outro, do sujeito diante do objeto alvo de pesquisa, a verdade científica não pode ser buscada. Assim sendo, o método científico não só não é incompatível com a religiosidade cristã, como é imprescindível para humanizar o conhecimento através da percepção da Ética a ele inerente. Um exemplo desta formulação está no fato de os cientistas pioneiros, como Copérnico, Galileo, Kepler, Descartes, Leibnitz e Newton terem sido todos cristãos e muito religiosos. Suas biografias mostram que eles viviam suas geniais descobertas como o enaltecimento da Glória de Deus. Mas, se o que estou postulando aqui é que, seguindo Jung e Neumann, os mitos formam a Consciência, e que o Mito Cristão é a projeção do Arquétipo da Alteridade, cuja introjeção gerou as ciências modernas, como explicar a ruptura entre o objetivo e o subjetivo, quando a Ciência tomou o poder na Universidade no final do século XVIII?

Qualquer símbolo ou função estruturante que gera a Consciência pode, também, gerar a Sombra se sofrer uma fixação na sua elaboração. Ao formar a Consciência, os mitos são institucionalizados e formam as religiões que, através de rituais, mantêm a Consciência enraizada e permanentemente alimentada pelos símbolos que a formaram. A religiosidade é uma função estruturante que cultiva a transcendência e mantêm a Consciência na posição de humildade diante dos arquétipos que a criaram e a realimentam. Ao mesmo tempo, a religiosidade desenvolve e mantêm a função ética pelo próprio culto ao sagrado, que ensina o que deve e o que não deve ser feito. Quanto mais as religiões convergem para a centralização monoteísta, mais o Bem é representado por um Deus, e o seu descaminho, a sua Sombra, pelo Demônio. A fixação da religiosidade gera a tentação de a Consciência gerenciar sua própria origem. O ser humano comporta-se como se fosse um deus. Essa é a *hybris* da humanidade, expressa na cultura grega para enfatizar a perda da medida, o desequilíbrio da Consciência, que causa a ira dos deuses. Ela foi denominada onipotência na Psicanálise, inflação na Psicologia Analítica e reconhecida como uma das formas de *Maya*, ilusão, na tradição hindu.

O Arquétipo do Amor e o Arquétipo do Poder formam a principal polaridade que atua em toda e qualquer elaboração simbólica, coordenada pelo Arquétipo Central. O amor abre a Consciência para a reverência e a entrega, e o poder traz a assertividade e a dedicação para que ela integre e afirme os significados simbólicos que recebe. No caso das fixações, o poder submete o amor e, através das defesas, assume o comando dos símbolos afetados. O dogmatismo é a imposição defensiva e intolerante dos dogmas religiosos quando a Consciência se apega e se apossa dos significados revelados pela religiosidade e os literaliza, gerando o fanatismo e impedindo a continuidade da evolução criativa do Arquétipo Central, representado pela imagem divina. O Deus vivo, capaz de gerar a transformação permanente, converte-se num fantoche manipulado pelas conveniências oportunistas do poder pessoal ou político. Por isso, o Demônio é freqüentemente representado pela imagem de um demiurgo ou por um anjo caído e maldito, que tenta usurpar a supremacia de Deus. No Mito Cristão, este fato é ilustrado pela última tentação de Jesus, na qual Ele rejeita o Demônio, que lhe oferece o poder sobre a Terra. O pacto com o Demônio expressa a submissão defensiva ao poder, que usurpa a transcendência e submete o amor. O pacto extremo com o Demônio é a guerra, sendo uma de suas formas o terrorismo.

Dentro desta perspectiva, a Ciência é a expressão da posição dialética do Ego com o Outro, coordenada pelo Arquétipo da Alteridade para elaborar os símbolos, e a verdade é a realidade do mundo e da vida humana nele inserida, produzida e aprofundada pela elaboração dos símbolos.

A integração progressiva do Arquétipo da Alteridade na Consciência Coletiva pelo crescimento da Ciência colidiu de maneira intensa com o dogmatismo do mito institucionalizado e literalizado. A partir do século XVI, o Demônio foi projetado defensivamente cada vez mais nos cientistas, pois sua criatividade revolucionária buscava o conhecimento através do método experimental, do amor à verdade, e não podia curvar-se diante do controle dogmático. Travou-se, assim, uma luta histórica durante quatro séculos, durante os quais muitos cientistas estudaram Teologia e defenderam a religiosidade criativa dos sofismas intolerantes da religiosidade defensiva praticada por muitos membros do Santo Ofício, que comandavam a repressão através da Inquisição.

No final do século XIX, a Ciência venceu politicamente a luta com a religião e expulsou da Universidade a intolerância despótica do preconceito dogmático religioso. Comemorou-se a vitória do Iluminismo sobre as trevas, da liberdade do saber sobre a censura religiosa, do método experimental sobre o ocultismo, da razão sobre o

obscurantismo. Infelizmente, porém, essa transformação maravilhosa foi festejada e atribuída à cisão entre a Ciência e a Religião. Não se percebeu que, junto com os vendilhões, expulsou-se também a religiosidade, ou seja, junto com a intolerância dogmática banuiu-se, do templo do saber, a própria subjetividade. Como não poderia deixar de ser, a dissociação subjetivo-objetivo levou consigo a intuição, o sentimento, a emoção, a vivência ética e a relação afetiva com o Todo. Coroou-se a razão e expulsou-se a emoção, estabelecendo-se um rígido patrulhamento emocional para não permitir sua volta ao altar da verdade.

Os historiadores da Ciência são, em geral, cientistas, e por isso explicam o afastamento entre a Ciência e o humanismo pela abstração matemática ou pelo mecanicismo. Denigrem até, mesmo a inteligência de Descartes, culpando-o pela dissociação defensiva devido à sua descoberta genial da separação criativa subjetivo-objetivo, *res cogitans-res extensa*, que comandou a implantação do método científico. Ao buscarem as causas da dissociação materialista da Ciência em si própria, os historiadores encobrem e racionalizam a patologia histórica que feriu o método científico e vem atuando na Universidade como anticiência em nome da verdade. Ao examinar uma dissertação de mestrado numa universidade, um colega de banca examinadora declarou que não aceitava a obra de Jung porque ele não havia feito Ciência. Conhecendo de perto o esforço com que Jung exerceu a fenomenologia, estudando o subjetivo e o objetivo dentro da Ciência, tornou-se claro para mim o quanto esse examinador era um porta-voz da intolerância da anticiência incrustada e arraigada dentro da Universidade.

Apesar de muitos cientistas haverem sofrido discriminação por apresentarem características subjetivas em suas pesquisas e, por isso, terem sido acusados de não fazerem Ciência, são raros aqueles que reconhecem uma dissociação patológica no viés materialista do método científico. Mais raros ainda são aqueles que reconhecem nessa patologia um complexo carregado de emoção vingativa, que construiu à sua volta, defensivamente, um patrulhamento obsessivo recheado com a mesma intolerância ideológica exercida pela Inquisição em nome de Deus, só que, agora, em nome da verdade e da razão.

Do outro lado da dissociação, o humanismo religioso da Igreja Católica também não elaborou a patologia do cisma Ciência-Religião, pelo fato de não haver reconhecido e denunciado, até hoje, as barbaridades do Santo Ofício, que patrocinou a Inquisição e que, infelizmente, continua cerceando a criatividade religiosa dos católicos. Um exemplo triste, mas muito significativo, já neste terceiro milênio, foi a condenação do teólogo Leonardo

Boff a um ano de “silêncio obsequioso”, por haver escrito o livro *Igreja: Carisma e Poder*, que precedeu sua exclusão da Igreja.

O começo da volta da subjetividade à Universidade deu-se através da obra de Pinel, que, apesar do seu extraordinário valor para o acolhimento, o estudo e a humanização da doença mental, estabeleceu um viés perigoso que estigmatiza até hoje a subjetividade. É que as forças defensivas estigmatizadoras, pressionadas pela criatividade do Self Cultural, entreabriram suas portas para receber o subjetivo de volta, mas apenas dentro da patologia.

Foi assim que, um século depois de Pinel e de Mesmer, a Academia de Ciências de Paris concedeu acolher os estudos de Charcot sobre a hipnose, somente talvez graças à sua conclusão errônea de que apenas pacientes histéricos eram passíveis de ser hipnotizados.

Os estudos da subjetividade no século XIX foram coroados pela genialidade de Freud com a descrição do desenvolvimento da personalidade desde o início da vida através das relações parentais. A pujança da resistência à subjetividade, porém, continuava muito intensa, e Freud foi levado a patologizar a descoberta estruturante do complexo parental com o Complexo de Édipo, que descobrira em si próprio. A seguir, a psicanálise deformou a relação normal pai-filho com o complexo de castração e, pior que tudo, inseriu sua valiosíssima descoberta dos mecanismos de defesa dentro do desenvolvimento normal, que culminou sua patologização da subjetividade com a formulação da necessidade de repressão para sublimar o Complexo de Édipo “normal” e formar o Superego. Através de Freud, assumidamente materialista, a Ciência retomou a subjetividade deformando-a pela patologia, da mesma forma que havia sido considerado pecado a ingestão do fruto da árvore do conhecimento ético. É impressionante como a sublimação pela repressão do Complexo de Édipo para formar o Superego coincide com a Teologia Católica da purificação do pecado original pelo Batismo. A vertente “genética” de Freud para explicar a origem do Superego e da Ética pelo parricídio ancestral na horda primeva, imaginada em *Totem e Tabu*, aprofunda a patologização do subjetivo herdada pelo crime do parricídio, mas essa versão foi abandonada quando a genética invalidou a teoria lamarquista da transmissão hereditária dos caracteres adquiridos.

As obras de Jung e de Neumann muito nos aproximaram de um enraizamento arquetípico e, por conseguinte, neurológico da Ética. Jung enfatizou muito a importância do reconhecimento do Mal, mas, ao mesmo tempo, formulou o conceito de Sombra de maneira ambígua, dificultando muito a sua concepção psicodinâmica. Essa ambigüidade está presente, por exemplo, na própria limitação da Sombra aos símbolos do mesmo

gênero que o Ego (Jung, 1950). Isso significa que os símbolos do sexo oposto não podem fazer parte da Sombra? O que acontece então com os símbolos da Anima de um homem quando eles se tornam patológicos? Esses símbolos anormais se expressam fora da Sombra? A outra questão advém da Sombra considerada “boa” porque tem símbolos preciosos para o processo de individuação. Mas isso significa que os símbolos da Sombra “má” não servem para o processo de individuação? Uma terceira questão é a do “Mal Absoluto”, mencionado, mas não explicado por Jung (1950). O quarto ponto que ficou ambíguo na sua obra foi sua crítica da doutrina católica do *Summum Bonum*. Jung a interpreta como a exclusão do Mal na imagem da divindade. No entanto, quando consideramos o *Summum Bonum* como uma referência ao Arquétipo Central, ela não exclui o Mal, pois significa que o Mal não é algo em si, mas um distúrbio que prejudica a busca da Totalidade (*Privatio Boni*). E não é assim, que nós, junguianos, e o próprio Jung, lida com o Mal no processo de individuação na terapia e em nossa própria individuação? Quando seguimos os símbolos dos sonhos e da vida em geral, buscando a auto-realização, não o fazemos acreditando que essa busca da Totalidade seja o caminho do Bem? No entanto, esse é o significado da doutrina do *Summum Bonum*, que Jung tanto criticou (Byington, 1997).

Erich Neumann foi o autor junguiano que mais estudou a Ética. No livro *A Psicologia Profunda e a Nova Ética*, ele teve o grande mérito de conceituar a Sombra como Mal e de diferenciar a nova Ética como o confronto permanente com a Sombra, ao contrário da Ética tradicional, que somente repudia o Mal e busca um ser humano bom, sem Sombra, de pura luz. A nova Ética postula a necessidade de se confrontar permanentemente a Sombra que vive em nós e que a cada dia pode se renovar. Trata-se, sem dúvida, de um grande avanço no estudo da Ética. Faltou-lhe, no entanto, explicar como se forma a Sombra e esclarecer os quatro pontos acima mencionados, que permaneceram sem esclarecimento na conceituação da Sombra por Jung.

A Psicologia Simbólica Junguiana aborda a Ética e a Sombra através da fixação ou não dos símbolos e funções estruturantes que expressam todos os eventos psíquicos e que contribuem para formar a Consciência através da elaboração simbólica criada por arquétipos e, em última análise, pelo Arquétipo Central (Byington, 2002). Nesse caso, a Sombra é o Mal que se expressa pela fixação dos símbolos e das funções estruturantes, inclusive da Ética, que passam a ser expressos por defesas, independentemente do gênero das pessoas. Por conseguinte, as defesas são sempre patológicas e, como funções estruturantes arquetípicas, elas passam a ser consideradas defesas do Self e não do Ego.

Os símbolos e funções estruturantes são bons porque são necessários para formar a Consciência, sejam de que natureza forem. Até mesmo a função estruturante da morte pode ser normal e criativa quando ela vem elaborar e levar os símbolos que já morreram. Eles se tornam maus quando estão fixados e são atuados por defesas, que geram erros e sintomas, em meio à conduta inadequada e destrutiva.

Se a Consciência é o caminho do Bem e a Sombra o caminho do Mal, falta explicar o que acontece quando as pessoas realizam conscientemente o Mal, como no caso do crime premeditado e do comportamento patológico. A explicação está na defesa psicopática. No caso da defesa neurótica, o Ego da Sombra atua em grande parte inconscientemente, mas no caso da defesa psicopática, o Ego da Sombra subjuga o Ego da Consciência e o faz atuar o Mal. A atuação do Mal na psicopatia, como em todos os outros casos, é defensiva, pois quando a elaboramos, encontramos sempre na sua raiz uma fixação da função estruturante da Ética, cujo resgate retorna à normalidade os símbolos e funções estruturantes.

O conceito de função estruturante arquetípica reunido ao de fixação aproxima a Psicanálise da Psicologia Analítica. O conceito de função estruturante da Ética, participando em toda e qualquer elaboração simbólica, permite-nos perceber a formação da Sombra nas fixações e estabelecer a relação entre o Bem e o Mal em todas as vivências e disfunções da vida.

Os símbolos e funções estruturantes operam no sistema nervoso através dos neurotransmissores. As neurociências identificam cada vez mais e melhor um número crescente de neurotransmissores responsáveis pelas funções neurológicas que correspondem às funções estruturantes. Ao invés de prescindirmos da Psicologia e da Ética quando descobrimos seus correspondentes nas funções estruturantes no sistema nervoso, postulo enfaticamente que o contrário se dá. O fundamento psicológico e neurológico desta afirmação está no fato de as funções estruturantes poderem ser normais e fazerem crescer a Consciência, ou sofrerem fixações e formarem a Sombra. Essas fixações podem advir de problemas genéticos ou de doenças orgânicas, ou de problemas funcionais de natureza emocional ou cognitiva. Como argumentou Neumann, Sombra é Sombra, e a Ética consiste em saber que todos a formamos permanentemente. Se admitimos então que a Sombra e suas defesas se formam pelas fixações, a missão do Ego é resgatar e confrontar os símbolos e funções estruturantes fixados através da função estruturante da Ética para reintegrá-los na formação da Consciência. É óbvio muito provável, então, assim, que o processo das neurociências caminhará para descobrir

como os neurotransmissores operam normal ou defensivamente, isto é, na Consciência ou na Sombra.

A formulação do conceito de função estruturante da Ética, dentro de todas as funções vitais, também reconhecidas como funções estruturantes que, a qualquer momento, podem sofrer fixações e formar a Sombra, é fundamental para o enraizamento da Ética no sistema nervoso. Só assim pode a Ciência resgatar a Ética humanista que afastou junto com o subjetivo quando separou-se da Religião.

Com a dissociação sujeito-objeto, a Ética científica ficou centralizada e restrita ao objetivo. O Mal, na Ciência, é combatido e identificado com o erro, o plágio e o charlatanismo. Até aqui podemos aplicar a nova Ética descrita por Neumann também à Ciência, pois todo cientista sabe que a Sombra representada pelo erro deve ser combatida permanentemente. No entanto, quando chegamos à subjetividade das emoções, a Ciência ainda não desenvolveu parâmetros éticos para confrontar a Sombra.

A condição aética do humanismo científico, no que concerne o subjetivo, está sobejamente ilustrada no livro *DNA – O Segredo da Vida*, de James D. Watson (2005), cujo lançamento entre nós foi acompanhado de uma entrevista à *Revista Veja* (2005).

James D. Watson tem 77 anos e é um cientista proeminente no campo da genética por haver descoberto, com Francis Crick, a estrutura do DNA, em 1953, que lhes valeu o Prêmio Nobel. Dentro da entrevista, na qual enumerou pesquisas maravilhosas que podem propiciar alterações genéticas para tratar e prevenir doenças dizimadoras como a AIDS e o câncer, teceu considerações que ilustram a falta de parâmetro ético para lidar com a Sombra na Ciência, quando ela aborda o humanismo subjetivo. Diante da pergunta do entrevistador se há necessidade de alguma restrição legal à pesquisa genética, só falta dizer que é questão de gosto, ao responder:

Eu diria que não. Sou muito libertário. Se alguém um dia descobrir que podemos adicionar algum gene para que as crianças nasçam mais inteligentes, ou mais bonitas, ou mais saudáveis – bem, eu não vejo por que não fazê-lo. Não acredito que o sofrimento faça bem a uma pessoa. Algumas pessoas dizem: "Cristo sofreu, então os homens também precisam sofrer". Eu não compro esse argumento. Hoje, não temos a capacidade de melhorar a humanidade dessa forma. Se um dia pudermos, por que não? Alguns alegam que isso favoreceria os ricos, mas não há novidade aí: os ricos sempre compram a nova tecnologia antes dos demais. (Watson, in *Veja*, 2005)

Chama a atenção, em Watson, a posição libertária que não tem parâmetro ético de humanismo subjetivo, apesar de operar lado a lado com a liberdade da Ética objetiva na pesquisa. Ele é contra o sofrimento e renega o exemplo de Jesus, de enfrentá-lo na cruz, possivelmente porque não diferencia os dois tipos de sofrimento. Um é o sofrimento

defensivo, que nada traz de produtivo, e o outro é o sofrimento moral, de quem confronta a Sombra (o crime, o erro, a doença e o pecado) buscando elaborar sua fixação e reintegrar seus símbolos fixados através da função estruturante da Ética.

Compreendo a atitude agnóstica de Watson e de outros cientistas, que não querem adotar a Ética humanista subjetiva das religiões, pois estas, freqüentemente, incluem preceitos que afrontam os direitos humanos de liberdade e de autodeterminação, professados pela Ética da Ciência, em função do exercício da pesquisa objetiva. Isso, porém, não justifica a atitude aética libertária, que não reconhece a culpa e o sofrimento moral criativo decorrentes do confronto da elaboração da Sombra na busca da auto-realização.

Acredito que, se o conceito de Sombra, formulado pela Psicologia Analítica, incluir a fixação e as defesas descobertas pela Psicanálise e equiparadas às funções estruturantes descritas pela Psicologia Simbólica Junguiana, ele poderá ajudar cientistas a reintegrar o humanismo subjetivo no método científico. De fato, a equiparação dos símbolos e das funções estruturantes com os neurotransmissores pode contribuir para a pesquisa da função estruturante da Ética normal e defensiva no sistema nervoso e permitir a percepção e o confronto da Sombra e do Mal nas neurociências.

Referências Bibliográficas

BYINGTON, Carlos A. B. (1983). Uma Teoria Arquetípica da História. O Mito Cristão como o Principal Símbolo Estruturante do Padrão de Alteridade na Cultura Ocidental. *Junguiana, Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica*. Petrópolis, 1983, nº1, pp 120-177.

_____ (1987). Arquétipo e Patologia: Introdução à Psicopatologia Simbólica. *Junguiana, Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica*. São Paulo, 1987, nº 5, pp. 79-126. Revisado em 2000 para o curso de formação de analistas da SBPA.

_____ (1997). Ética e Psicologia. *Junguiana, Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica*. São Paulo, 1997, nº15, pp. 102-121.

_____ (2002). *Inveja Criativa – O Resgate de uma Força Transformadora da Civilização*. São Paulo: W11 Editores, 2002.

_____ (2004). *A Construção Amorosa do Saber – Fundamento e Finalidade da Pedagogia Simbólica Junguiana*. São Paulo: W11, 2004.

JUNG, Carl G. (1950). *Aion*. C.W. 9, Parte II. London: Ed. Routledge & Kegan Paul, 1959.

NEUMANN, Erich (1949). *A Psicologia Profunda e a Nova Ética*. São Paulo: Paulus, 1991.

WATSON, James D e Andrew Berry. *DNA – O Segredo da Vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

WATSON, James D. Entrevista à *Revista Veja*. São Paulo: Editora Abril, ano 38, n.º. 34, Agosto, 24, 2005.